

Universidades Lusíada

Monge, Maria de Jesus

**A problemática de restituição de acervos
museológicos**

<http://hdl.handle.net/11067/7235>
<https://doi.org/10.34628/yqkb-z109>

Metadata

Issue Date	2023-11
Keywords	Património cultural – Restituição, Património cultural - Protecção, Museus - Gestão de colecções - Aspectos morais e éticos
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ULL-FD] LD, s. 2, n. 30 (2023)

This page was automatically generated in 2025-01-23T18:17:48Z with information provided by the Repository

A PROBLEMÁTICA DA RESTITUIÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Maria de Jesus Monge¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/yqkb-z109>

Agradeço ao Vice-Reitor da Universidade Lusíada, Prof Doutor José Duarte Nogueira, o amável convite para integrar este painel. Gostaria ainda de saudar a oportunidade desta iniciativa e a escolha dos temas e oradores, meus colegas de painel, a quem igualmente cumprimento.

Aos que nos acompanham e escolheram estar presentes, presencialmente ou à distância, um agradecimento particular pela vontade de participar, debater e assim contribuir para a reflexão em torno de temas museológicos.

O título da minha contribuição remete para um tema que não é novo, não tem sequer as dezenas de anos que levaram à elaboração de normas de conduta e legislação internacional para definir como deve ser tratado o património cultural (UNESCO, ICOM).

Historicamente as identidades constroem-se e afirmam-se por oposição, nos últimos séculos, resultado da globalização e dos avanços técnicos, as actividades humanas tornaram-se globais, na guerra, na apropriação dos recursos naturais, na circulação de pessoas e bens... Exemplos recentes mostram que a aniquilação e subjugação identitárias continuam a passar pelo roubo, apropriação e tentativa de eliminação dos testemunhos materiais da cultura de um povo.

A evolução das sociedades ocidentais tem permitido dar voz a cada vez mais pessoas. Se estão a ser denunciados roubos, saques, apropriação indevida, narrativas obsoletas e preconceituosas, é justamente porque o espaço público em

¹ Licenciada em História e Mestre em Museologia. Directora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

regimes democráticos garante o direito à denúncia e, eventualmente, a alguma resposta consequente para os erros expostos publicamente.

Os museus são instituições que trabalham para e com as comunidades, como a nova definição de museu votada em Assembleia Geral do ICOM, em Agosto de 2022, veio reforçar. O ICOM tem acompanhado o desenvolvimento do tema e tem promovido o debate e a procura de soluções. Os profissionais de museu assim o exigem e as comunidades para as quais trabalham merecem-no.

Os museus não podem e não devem, contudo, abdicar do seu papel de promotores do conhecimento e do diálogo e não podem deixar-se acantonar em ‘verdades absolutas’ e ‘fórmulas politicamente corretas’.

O debate sobre descolonização, restituição tem já vários anos, inclusive em Portugal. Tem decorrido contudo essencialmente em meio universitário, com alguns momentos de maior visibilidade pública quando notícias de acontecimentos externos chegam até nós.

Não tentarei aventar razões e explicações para o porquê do alheamento do Estado face ao tema, gostaria apenas de tentar fazer o ponto de situação sobre como este desafio está a ser tratado pelos museus portugueses.

Durante o triénio 2020-2023, em que tive o privilégio de dirigir a Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, entendemos que tínhamos de contribuir para uma abordagem informada do tema das coleções não europeias nos acervos museológicos.

Não é possível falar do que não sabemos, por isso elaborámos um inquérito, que pedimos a todos os colegas e instituições museológicas preenchessem. Contámos com os escassos recursos de comunicação do ICOM Portugal, sobretudo no contacto directo com colegas. Não será uma surpresa saber que o Ministério da Cultura entendeu não divulgar a informação.

Os resultados do inquérito podem ser consultados no Boletim ICOM Portugal de Dezembro de 2021, tratados e analisados por David Felismino e Gonçalo de Carvalho Amaro https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2022/01/boletim_ICOM_portugal_17_dez_2021-1.pdf. Obtivemos apenas 60 respostas, num universo dos mais de 500 museus portugueses considerados pelo INE. Alguns consideraram não ser necessário responder porque não tinham artefactos não europeus. Apesar de explicarmos o objetivo deste primeira tentativa de conhecimento da realidade nacional, muitos foram os que acenaram receosos com a palavra RESTITUIÇÃO.

Para além do Inquérito, realizaram-se quatro conferências on line, disponíveis no facebook do ICOM Portugal:

Marta C. Lourenço (MUHNAC – ULISBOA), *Coleções coloniais. Esboço de um roteiro para um património partilhado;*

João Lopes Filho (Docente universitário, investigador e escritor), *A coleção de cerâmica de Cabo Verde do Museu de Olaria de Barcelos;*

Alexandra Curvelo (NOVA FCSH – IHA), *A presença de objetos de origem asiática em coleções portuguesas: origens e proveniências*;

Ricardo Roque (ICS – ULISBOA), *Viver com o que resta: ciências e coleções coloniais em Portugal*.

Simultaneamente foram disponibilizadas on line as Atas dos 5 Encontros de Países de Língua Portuguesa, promovidos entre 1988 e 2000: <https://icom-portugal.org/2021/12/07/atas-dos-encontros-de-museus-de-paises-e-comunidades-de-lingua-portuguesa-1988-2000/>

Os Encontros de Outono, no Museu Santos Rocha, na Figueira da Foz, a 4 e 5 de novembro, abordaram o mesmo tema, com a participação de colegas estrangeiros e portugueses. Finalmente, textos e reflexões foram disponibilizados no Boletim do ICOM Portugal de Dezembro de 2021.

Apesar da reação pouco entusiástica, acredito que estas iniciativas contribuíram para trazer o tema para o enquadramento que deveria ter:

- conhecer as coleções, as suas proveniências, as condições de incorporação e histórico;
- promover o estudo partilhado (o ICOM Moçambique propõem essa via), envolvendo comunidades residentes, descendentes e na origem;
- definição de uma política e respectiva estratégia nacionais – necessariamente pelo Estado que garanta o cumprimento da legislação internacional e esteja atenta à circulação de bens no mercado de antiguidade;
- garantir que as instituições museológicas tem as condições necessárias para a conservação, interpretação e exposição dos bens provenientes de outras culturas, nomeadamente de estudo, construção de narrativas informadas e inclusivas.

Está a trabalhar o tema um grupo de trabalho criado pela DGPC e que, esperamos, venha a apresentar uma posição oficial e a necessária estratégia concertada para abordar uma realidade histórica incontornável.

Termino reafirmando que os museus devem ser espaços de diálogo e não de fratura, sobretudo de criação de condições que garantam a construção de uma cidadania informada e ativa, envolvidos no reconhecimento, estudo e conservação do património histórico, cultural e natural das diversas comunidades, mesmo que contestado, sem imposição de agendas mediáticas exógenas.